



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

Número de Controle OMB: 3245-0417
 Validade: 30/09/2021
 087 - Portuguese (Brazil) – Português (Brasil)

Assinale uma opção: <input type="checkbox"/> Proprietário único <input type="checkbox"/> Sociedade <input type="checkbox"/> C-Corp <input type="checkbox"/> S-Corp <input type="checkbox"/> LLC <input type="checkbox"/> Prestador de serviços independente <input type="checkbox"/> Indivíduo autônomo <input type="checkbox"/> Org. sem fins lucrativos 501(c)(3) <input type="checkbox"/> Organização 501(c)(6) <input type="checkbox"/> Org. de ex-combatentes 501(c)(19) <input type="checkbox"/> Outra organização 501(c) <input type="checkbox"/> Cooperativa habitacional <input type="checkbox"/> Empresa tribal <input type="checkbox"/> Outros _____	Nome fantasia (se houver)	Ano de estabelecimento (se aplicável)
Razão social	Código NAICS	
Endereço comercial (rua, cidade, estado, código postal - não permitidos endereços de caixas postais)	Número de identificação fiscal da empresa (EIN, SSN)	Telefone comercial
	Contato principal	E-mail

Média mensal da folha de pagamento:	US\$	x 2,5 (ou x 3,5 para requerentes NAICS 72) é igual ao valor do requerimento de empréstimo (não pode exceder US\$ 2,000,000):	US\$	Número de funcionários (incluindo afiliadas, se aplicável; não pode exceder 300 a não ser que a exceção “por unidade” se aplique):	
Objetivo do empréstimo (selecione todas as opções aplicáveis):	<input type="checkbox"/> Custos da folha de pagamento	<input type="checkbox"/> Aluguel/juros hipotecários	<input type="checkbox"/> Serviços de utilidade pública	<input type="checkbox"/> Despesas de operações cobertas	
	<input type="checkbox"/> Danos materiais cobertos	<input type="checkbox"/> Custos de fornecedor cobertos	<input type="checkbox"/> Despesas de proteção ao trabalhador cobertas	<input type="checkbox"/> Outro (explique): _____	
Número do primeiro pagamento do PPP da SBA:					

Redução nas receitas brutas de pelo menos 25% (os requerentes a empréstimos de US\$ 150,000 ou menos podem deixar em branco, mas devem fornecer no momento ou antes de solicitar o perdão do empréstimo ou mediante solicitação da SBA):	Trimestre de 2020 (por exemplo, 2T de 2020):		Trimestre de referência (por exemplo, 2T 2019):	
	Receitas brutas:	US\$	Receitas brutas	US\$

Propriedade do Requerente

Cite todos os proprietários com participação societária de 20% ou mais do Requerente. Se necessário, anexe em uma folha à parte.

Nome do proprietário	Cargo	Participação %	Número de identificação fiscal (EIN, SSN, ITIN)	Endereço

Informações demográficas do requerente do PPP (opcional)

Dados referentes ao status de ex-combatente/gênero/raça/etnia são coletados somente para se obter informações sobre o programa. A divulgação é voluntária e não terá influência na decisão sobre o requerimento do empréstimo.

Nome do Sócio	Cargo Principal
	Selecione a resposta abaixo:
Ex-Combatente	<input type="checkbox"/> Não ex-combatente; <input type="checkbox"/> Ex-combatente; <input type="checkbox"/> Ex-combatente incapacitado em combate; <input type="checkbox"/> Cônjuge de ex-combatente; <input type="checkbox"/> Não informado
Gênero	<input type="checkbox"/> Masculino; <input type="checkbox"/> Feminino; <input type="checkbox"/> Não informado
Raça (pode selecionar mais de uma)	<input type="checkbox"/> Ameríndio ou Nativo do Alasca; <input type="checkbox"/> Asiático; <input type="checkbox"/> Negro ou Afro-americano; <input type="checkbox"/> Nativo do Havaí ou das Ilhas do Pacífico; <input type="checkbox"/> Branco; <input type="checkbox"/> Não informado
Etnia	<input type="checkbox"/> Hispano ou Latino; <input type="checkbox"/> Não Hispano ou Latino; <input type="checkbox"/> Não informado



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

Se a resposta às questões (1), (2), (4) ou (5) for “Sim”, o empréstimo não será aprovado.

Questão	Sim	Não
1. No momento, o Requerente ou qualquer proprietário do Requerente está suspenso, impedido ou foi indicado para impedimento, declarado inelegível ou voluntariamente excluído da participação nesta transação por qualquer departamento ou agência do Governo Federal ou, ainda, está envolvido em alguma falência?		
2. O Requerente, qualquer proprietário do Requerente — ou qualquer empresa de propriedade ou controlada por qualquer um deles —, obteve um empréstimo direto ou garantido da Administração de Pequenas Empresas (Small Business Administration ou SBA, na sigla em inglês) ou de qualquer outro órgão do Governo Federal (com exceção de crédito estudantil federal contratado ou garantido por meio de um programa administrado pelo Departamento de Educação) que esteja (a) atualmente inadimplente ou (b) tenha incorrido em inadimplência e causado prejuízos para o governo nos últimos sete anos?		
3. O Requerente ou qualquer proprietário do Requerente tem participação em qualquer outra empresa ou está sob administração comum (incluindo um acordo de gestão) com qualquer outra empresa? Se a resposta for “sim”, cite todas as empresas envolvidas (incluindo seus TINs, se disponíveis) e descreva o vínculo em uma folha à parte identificada como “Anexo A”.		
4. O Requerente (se pessoa física) ou qualquer pessoa que tenha participação societária de 20% ou mais do Requerente está atualmente preso ou figura como denunciado, indiciado ou em qualquer processo formal pelo qual acusações criminais são apresentadas em qualquer jurisdição, para qualquer crime? Rubrique aqui para confirmar sua resposta à questão 4 → _____		
5. Nos últimos 5 anos, para qualquer crime envolvendo fraude, suborno, peculato ou uma declaração falsa em um pedido de empréstimo ou de assistência financeira federal, o Requerente (se for um indivíduo) ou qualquer proprietário do Requerente 1) foi condenado; 2) se declarou culpado; 3) invocou nolo contendere; ou 4) iniciou qualquer forma de liberdade condicional ou liberdade condicional (incluindo liberdade condicional antes do julgamento)? Rubrique aqui para confirmar sua resposta à questão 5 → _____		
6. Os Estados Unidos são o principal local de residência de todos os funcionários do Requerente incluídos no cálculo da folha de pagamento acima?		
7. O Requerente é uma franquia?		
8. A franquia está listada no Diretório de Franquias da SBA? Em caso afirmativo, insira o código identificador de franquia da SBA aqui: _____		



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

Ao assinar abaixo, você concorda com as declarações, autorizações e certificações a seguir

Certifico que:

- Li e compreendo as declarações contidas neste formulário, incluindo as Declarações exigidas por lei e por ordens executivas.
- O Requerente tem o direito de receber um empréstimo de acordo com as regras em vigor no momento em que este requerimento for enviado, emitido pela Small Business Administration (SBA) e o Departamento do Tesouro (Treasury) que implementa os Segundos Empréstimos do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento, na Divisão A, Título I da CARES, Lei de Auxílio, Amparo e Proteção Econômica para o Coronavírus (Lei CARES), a Lei de Ajuda Econômica a Pequenos Negócios, Organizações Sem Fins Lucrativos e Locais de Evento Severamente Atingidos e o Título V da Lei do Plano de Resgate Americano de 2021 (as Regras do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento).
- O Requerente, juntamente com suas afiliadas (se aplicável), (1) é um prestador de serviços independente, um indivíduo autônomo ou um proprietário único sem funcionários; (2) emprega no máximo 300 funcionários; ou (3) se uma NAICS 72, não emprega mais de 300 funcionários por local físico; (4) se uma empresa jornalística majoritariamente detida ou controlada por uma empresa de código NAICS 511110 ou 5151 ou uma entidade de radiodifusão pública sem fins lucrativos com um comércio ou uma empresa de código NAICS 511110 ou 5151 ou uma editora de conteúdo jornalístico ou periódicos que atua exclusivamente na Internet sob o código NAICS 519130, envolvida na coleta e distribuição de notícias e informações locais ou regionais e nacionais, não emprega mais de 300 funcionários por local; ou (5) se uma organização 501(c)(3), uma organização 501(c)(6) elegível, outra organização 501(c) elegível, uma organização de marketing de destino elegível, não emprega mais de 300 funcionários por local físico.
- Cumprirei, sempre que aplicável, os direitos civis e outras limitações mencionadas neste formulário.
- Todos os recursos do empréstimo serão usados apenas para fins comerciais, conforme especificado no pedido de empréstimo e de acordo com as Regras do Programa de Proteção à Folha de Pagamento, incluindo a proibição de usar os recursos do empréstimo para atividades e despesas de lobby. Se o Requerente for uma empresa jornalística que se tornou elegível para um empréstimo de acordo com a Seção 317 da Lei de Ajuda Econômica a Pequenos Negócios, Organizações Sem Fins Lucrativos e Locais de Evento Severamente Atingidos, os recursos do empréstimo serão usados para custear despesas no componente da empresa que produz ou distribui informações de emergência ou com foco local. Se o Requerente for uma editora de conteúdo jornalístico ou periódicos que atua exclusivamente na Internet e se tornou elegível para um empréstimo de acordo com a Seção 5001 da Lei do Plano de Resgate Americano de 2021, os recursos do empréstimo serão usados para custear despesas no componente da empresa ou organização que apoia a produção de notícias locais ou regionais.
- Eu entendo que a SBA incentiva a compra, na medida do possível, de equipamentos e produtos produzidos nos EUA.
- O Requerente não pratica nenhuma atividade ilegal prevista em lei federal, estadual ou municipal.

Para Requerentes pessoas físicas: Autorizo a SBA a levantar meus antecedentes criminais junto a órgãos da justiça penal com o objetivo de determinar se tenho direito aos programas autorizados pela Small Business Act e alterações posteriores.

O representante autorizado do Requerente deve certificar de boa-fé todos os itens abaixo, **rubricando** ao lado de cada um:

_____ O Requerente estava em atividade em 15 de fevereiro de 2020, não fechou definitivamente, estava elegível e era um indivíduo autônomo, prestador de serviços independente ou proprietário único sem funcionários, ou tinha funcionários para os quais pagou salários e impostos sobre a folha de pagamento ou pagou prestadores de serviços independentes, conforme informado no(s) Formulário(s) 1099-MISC.

_____ O atual cenário atual de incerteza econômica torna este pedido de empréstimo necessário para que o Requerente mantenha suas atividades em funcionamento.

_____ O Requerente percebeu uma redução nas receitas brutas de mais de 25% em relação ao período de comparação relevante. Para empréstimos superiores a US\$ 150,000, o Requerente forneceu documentação ao credor comprovando o declínio nas receitas brutas. Para empréstimos de US\$ 150,000 ou menos, o Requerente fornecerá documentação comprovando o declínio nas receitas brutas no momento ou antes de solicitar o perdão do empréstimo para o segundo pagamento do empréstimo do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento ou mediante solicitação da SBA.

_____ O Requerente recebeu um primeiro pagamento do empréstimo do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento e, antes que o segundo pagamento do Empréstimo do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento seja desembolsado, terá usado o valor total do empréstimo (incluindo qualquer aumento) do primeiro pagamento do empréstimo do Programa de Proteção a Folhas de Pagamento apenas para despesas elegíveis.

_____ Os recursos serão usados para reter funcionários e manter a folha de pagamento; ou fazer pagamentos de juros hipotecários, aluguel, serviços públicos, despesas de operações cobertas, custos de danos de propriedade cobertos, custos de fornecedores cobertos e despesas de proteção ao trabalhador cobertas conforme especificado nas Regras do Programa de Proteção à Folha de Pagamento; Entendo que, se os fundos forem usados intencionalmente para fins não autorizados, o governo federal pode me responsabilizar legalmente, como por acusações de fraude.



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

- _____ Eu entendo que o perdão do empréstimo será fornecido pela soma dos custos documentados da folha de pagamento, pagamentos de juros de hipotecas cobertos, pagamentos de aluguel cobertos, serviços públicos cobertos, despesas de operações cobertas, custos de danos à propriedade cobertos, custos de fornecedores cobertos e despesas de proteção ao trabalhador cobertas, e não mais de 40% do valor perdoado pode ser para custos não relacionados à folha de pagamento. Se necessário, o Requerente fornecerá ao Credor e/ou à SBA documentação verificando o número de funcionários equivalentes em tempo integral na folha de pagamento do Requerente, bem como os valores em dólares de despesas elegíveis para o período coberto após este empréstimo.
- _____ O Requerente não recebeu e não receberá outro segundo pagamento do empréstimo do Programa de Proteção de Folhas de Pagamento.
- _____ O Requerente não foi aprovado para um Subsídio para Operadores de Locais de Eventos Fechados (SVOG) da SBA na data deste pedido de empréstimo, e o Requerente reconhece que se for aprovado para um SVOG antes que a SBA emita um número de empréstimo para este empréstimo, o Requerente não será elegível para o empréstimo e a aceitação de qualquer recurso do empréstimo será considerada um uso não autorizado.
- _____ O presidente, o vice-presidente, o diretor de um departamento executivo, ou um membro do Congresso, ou o cônjuge de tal pessoa conforme determinado pela lei comum aplicável, não detém direta ou indiretamente um controle acionário do Requerente, tendo tais termos os significados fornecidos na Seção 322 da Lei de Ajuda Econômica a Pequenos Negócios Severamente Atingidos, Organizações Sem Fins Lucrativos e Instalações.
- _____ O Requerente não é um emissor, cujos títulos são negociados em uma bolsa registrada como uma bolsa de valores nacional nos termos da seção 6 do Securities Exchange Act de 1934 (15 USC 78f).
- _____ O Requerente não é uma empresa ou entidade (a) para a qual uma entidade criada ou organizada de acordo com as leis da República Popular da China ou da Região Administrativa Especial de Hong Kong, ou que tenha operações significativas na República Popular da China ou a Região Administrativa Especial de Hong Kong, possui ou detém, direta ou indiretamente, não menos que 20 por cento do interesse econômico da empresa ou entidade, incluindo como ações ou um capital ou participação nos lucros em uma sociedade de responsabilidade limitada ou parceria; ou (b) que retenha, como membro do conselho de administração da empresa, uma pessoa que resida na República Popular da China.
- _____ O Requerente não é obrigado a apresentar uma declaração de registro de acordo com a seção 2 da Lei de Registro de Agentes Estrangeiros de 1938 (22 USC 612).
- _____ O Requerente não é uma empresa ou entidade envolvida principalmente em atividades políticas ou de lobby, incluindo qualquer entidade que seja organizada para pesquisa ou para se engajar em defesa em áreas como políticas públicas ou estratégia política ou de outra forma se descreve como um grupo de reflexão em qualquer público documentos.
- _____ Certifico ainda que as informações fornecidas nesta solicitação e as informações fornecidas em todos os documentos e formulários comprobatórios são verdadeiras e corretas em todos os aspectos relevantes. Entendo que fazer, conscientemente, uma declaração falsa para obter a remissão de um empréstimo garantido da SBA é passível de punição nos termos da lei, inclusive conforme o Título 18, §§ 1001 e 3571 do Código dos Estados Unidos (USC), que prevê pena de prisão de até cinco anos e/ou multa de até US\$ 250,000; conforme o Título 15, § 645 do USC, que prevê pena de prisão de até dois anos e/ou multa de até US\$ 5,000; e, se submetida a uma instituição segurada pelo governo federal, conforme o Título 18, § 1014 do USC, que prevê pena de prisão de até trinta anos e/ou multa de até US\$ 1,000,000.
- _____ Reconheço que o Credor confirmará o valor de empréstimo elegível com base nos documentos necessários enviados. Entendo, reconheço e concordo que o Credor pode compartilhar qualquer informação tributária que eu forneça aos representantes autorizados da SBA, incluindo representantes autorizados da Corregedoria da SBA, com o objetivo de cumprir os Requisitos do Programa de Empréstimos da SBA e todas as análises da SBA.

Assinatura do Representante Autorizado do Requerente

Data

Nome (em letra de forma)

Cargo



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

Finalidade deste formulário:

Este formulário deve ser preenchido pelo representante autorizado do Requerente e *enviado ao seu Credor Participante da SBA*. É obrigatório o envio das informações solicitadas para determinar a elegibilidade ao auxílio financeiro. A decisão sobre a elegibilidade será afetada se as informações não forem enviadas.

Os Requerentes que usam o Formulário 1040 do IRS, Anexo C, e optam por calcular o valor do empréstimo do PPP usando o lucro líquido, deve usar este formulário. *Os Requerentes que usam o Formulário 1040 do IRS, Anexo C, e optam por calcular o valor do empréstimo do PPP usando a receita bruta não devem usar este formulário, e sim o Formulário 2483-SD-C da SBA.* Os Requerentes que usam o Formulário 1040 do IRS, Anexo F, e calculam o valor do empréstimo do PPP usando a receita bruta também devem usar este formulário.

Instruções para o preenchimento deste formulário:

Com relação à Finalidade do empréstimo, os custos da folha de pagamento consistem em remuneração aos funcionários (domiciliados nos Estados Unidos) na forma de salário, comissões ou remuneração similar; gratificações em dinheiro ou equivalente (com base nos registros do empregador de valores de gratificações do passado ou, na ausência de tais registros, em uma estimativa razoável e de boa-fé de tais gratificações); pagamento de férias, licença(s) maternidade/paternidade, familiar, médica ou por doença (exceto os valores de licença paga para os quais um crédito é permitido pelas seções 7001 e 7003 do FFCRA); subsídio por desligamento ou demissão; pagamento pela prestação de benefícios a funcionários (incluindo prêmios de seguro) que consistem em seguros de planos de saúde coletivos, ou planos coletivos de seguro de vida, invalidez, oftalmológico ou odontológico; pagamento de impostos estaduais e locais apurados sobre a remuneração dos funcionários; e, para um prestador de serviços independente ou proprietário único, salário, comissões, renda ou receita líquida de trabalho autônomo ou remuneração similar.

Para fins de cálculo da Folha de pagamento mensal média, a maioria dos Requerentes usará a folha de pagamento mensal média de 2019 ou 2020, excluindo custos acima de US\$ 100,000 anualizados, calculados de forma pro rata para o período durante o qual os pagamentos são feitos ou a obrigação de fazer os pagamentos é incorrida, para cada funcionário. Para empresas com atividades sazonais, o Requerente pode optar por usar a folha de pagamento mensal total média para qualquer período de doze semanas selecionado pelo Requerente de 15 de fevereiro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, excluindo custos acima de US\$ 100,000 anualizados, calculados de forma pro rata para o período durante o qual os pagamentos são efetuados ou a obrigação de efetuar os pagamentos é incorrida, para cada funcionário. Para novas empresas sem 12 meses de custos de folha de pagamento, mas que estavam em atividade em 15 de fevereiro de 2020, a folha de pagamento média mensal pode ser calculada com base no número de meses em que os custos de folha de pagamento foram incorridos, excluindo custos acima de US\$ 100,000 anualizados para cada funcionário, calculados de forma pro rata para o período durante o qual os pagamentos são feitos ou a obrigação de fazer os pagamentos é incorrida, para cada funcionário. Para fazendeiros e pecuaristas que operam como proprietário único ou como prestador de serviços independente, ou que são indivíduos autônomos qualificados (incluindo as LLC de sócio único e joint ventures qualificadas) e relatam receitas ou despesas agrícolas em um Anexo F (ou qualquer formulário de IRS equivalente), os custos de folha de pagamento são calculados usando a folha de pagamento elegível custos para funcionários, se houver, mais o menor de US\$ 100,000 e a diferença entre a receita bruta e quaisquer custos de folha de pagamento elegíveis para funcionários, conforme relatado em um Anexo F. Para os Requerentes que enviam o Formulário 1040 do IRS, Anexo C, e optam por calcular o valor do empréstimo do PPP usando o lucro líquido, os custos de folha de pagamento são calculados usando a linha 31 valor do lucro líquido, limitado a US\$ 100,000, mais quaisquer custos de folha de pagamento elegíveis para os funcionários (para calcular o valor do empréstimo usando a receita bruta, veja o Formulário 2483-SD-C da SBA). Para os Requerentes que são sociedades, os custos da folha de pagamento são calculados usando a receita líquida de trabalho autônomo de sócios administradores individuais, conforme informado no Formulário 1065 K-1 do IRS, reduzido pela dedução de despesas, despesas de parceria não reembolsadas e esgotamento em propriedades de petróleo e gás nos termos da seção 179, multiplicados por 0.9235, no limite de US\$ 100,000, mais quaisquer custos de folha de pagamento elegíveis para funcionários.

Para os optantes pelo Anexo F, o Requerente for uma joint venture qualificada para fins de imposto de renda federal ((1) os únicos membros da joint venture são um casal que envia uma declaração conjunta e cada um opta pelo Anexo F, (2) ambos os cônjuges participam de forma significativa na atividade ou no negócio, e (3) ambos os cônjuges escolherem não ser tratados como uma sociedade), apenas um dos cônjuges pode enviar este formulário em nome da joint venture qualificada. Para calcular o valor do empréstimo usando a receita bruta (somente para optantes pelo Anexo F), use a soma da receita bruta (Anexo C, linha 9) de ambos os cônjuges. Ao determinar se o Requerente experimentou pelo menos uma redução de 25% nas receitas brutas, para empréstimos acima de US\$ 150,000, o Requerente deve identificar o trimestre de 2020 que atende a este requisito, identificar o trimestre de referência e declarar os valores das receitas brutas para ambos os trimestres, bem como fornecer documentação de apoio. Para empréstimos de US\$ 150,000 e abaixo, esses campos não são obrigatórios, e o Requerente deve apenas certificar que atingiu a redução de receita bruta de 25% no momento da inscrição; no entanto, durante ou antes de solicitar o perdão do empréstimo (ou mediante solicitação da SBA), o Requerente deve fornecer a documentação que identifica o trimestre de 2020 atendendo a este requisito, identifica o trimestre de referência, declara os valores de receita bruta para ambos os trimestres e apoia os valores fornecidos. Para todos os empréstimos, o trimestre de referência apropriado depende de há quanto tempo o Requerente está em operação:

- Para todos os Requerentes que não satisfaçam as condições estabelecidas abaixo, os Requerentes devem comprovar que a receita bruta em qualquer trimestre de 2020 foi pelo menos 25% inferior à receita bruta do mesmo trimestre de 2019. Como alternativa, os Requerentes podem comparar as receitas brutas anuais em 2020 com as receitas brutas anuais em 2019; Os Requerentes que optarem por usar as receitas brutas anuais devem inserir “Anual” nos campos do Trimestre 2020 e do Trimestre de Referência e, conforme a documentação exigida, devem enviar cópias dos formulários fiscais anuais comprovando a redução das receitas brutas anuais.
- Para os Requerentes que não estavam em atividade durante o primeiro e segundo trimestres de 2019, mas estavam em atividade durante o terceiro e quarto trimestres de 2019, os Requerentes devem comprovar que a receita bruta em qualquer trimestre de 2020 foi pelo menos 25% inferior à receita bruta do terceiro ou quarto trimestres de 2019.
- Para os entidades que não estavam em atividade durante o primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2019, mas estavam em atividade durante o quarto trimestre de 2019, os Requerentes devem comprovar que a receita bruta em qualquer trimestre de 2020 foi pelo menos 25% inferior à receita bruta do quarto trimestre de 2019 .
- Para os Requerentes que não estavam em atividade durante 2019, mas estavam em atividade em 15 de fevereiro de 2020, os Requerentes devem comprovar que a receita bruta no segundo, terceiro ou quarto trimestre de 2020 foi pelo menos 25% inferior à receita bruta do primeiro trimestre de 2020.



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

As receitas brutas incluem todas as receitas em qualquer forma recebida ou acumulada (de acordo com o método de contabilidade do Requerente) de qualquer fonte, incluindo vendas de produtos ou serviços, juros, dividendos, aluguéis, royalties, taxas ou comissões, reduzidas por devoluções e licenças. Geralmente, as receitas são consideradas “receita total” (ou, no caso de um proprietário único, “receita bruta”) mais “custo das mercadorias vendidas” e excluem ganhos ou perdas de capital líquido, conforme esses termos são definidos e relatados nos formulários de declaração de imposto de renda. As receitas brutas não incluem o seguinte: impostos cobrados e remetidos a uma autoridade tributária se incluídos na receita bruta ou total, como vendas ou outros impostos cobrados de clientes e excluindo impostos cobrados sobre a empresa ou seus funcionários; receitas de transações entre uma empresa e suas afiliadas nacionais ou estrangeiras; e valores cobrados para outrem por agente de viagens, agente imobiliário, agente de publicidade, provedor de serviços de administração de conferências, despachante de carga ou despachante aduaneiro. Todos os outros itens, como custos de subcontratados, reembolsos por compras que um prestador de serviços faz a pedido de um cliente, receita de investimento e custos com base no funcionário, como impostos sobre a folha de pagamento, não podem ser excluídos das receitas brutas. As receitas brutas de um Requerente devem ser agregadas às receitas brutas de suas afiliadas. Para uma organização sem fins lucrativos, organização de veteranos, organização de notícias sem fins lucrativos, organização 501(c) (6) e organização de marketing de destino, as receitas brutas têm o significado na seção 6033 do Internal Revenue Code de 1986.

Para fins de relatório do Número de funcionários, proprietários únicos, autônomos e prestadores de serviço independentes devem incluir a si próprios como funcionários (ou seja, o número mínimo no campo Número de funcionários é um). Para empresas de código NAICS 72, empresas jornalísticas elegíveis, organizações 501(c)(3), organizações 501(c)(6) elegíveis, outras organizações 501(c) elegíveis, organizações de marketing de destino elegíveis ou editoras de conteúdo jornalístico ou periódicos que atua exclusivamente na Internet sob o código NAICS 519130, os requerentes não podem empregar mais de 300 funcionários por local físico. Os requerentes podem usar sua média de funcionários durante o período usado para o cálculo dos custos agregados de folha de pagamento para determinar o número de funcionários. Além disso, os requerentes podem escolher usar o número médio de funcionários por período de pagamento nos 12 meses corridos anteriores à data do pedido de empréstimo.

Para fins de relatório do Ano de estabelecimento, indivíduos autônomos e contratados independentes podem inserir “NA”.

Para fins de relatório do Código NAICS, os requerentes devem corresponder ao código de atividade comercial fornecido em seus registros de imposto de renda do IRS, se aplicável. Para fins de cálculo dos custos máximos da folha de pagamento de um Requerente, um Requerente pode multiplicar seus custos médios mensais de folha de pagamento por 3.5 apenas se o Requerente estiver no setor de Serviços de Alimentação e Hospedagem e tiver relatado um código NAICS começando com 72 como seu código de atividade comercial na mais recente declaração de imposto de renda do IRS.

Todas as partes citadas abaixo são consideradas proprietários do Requerente:

- Para uma empresa de propriedade única, o proprietário único;
- Para uma sociedade, todos os sócios administradores e todos os sócios investidores que tenham uma participação societária de 20% ou mais da empresa;
- Para uma corporação, todos os proprietários de 20% ou mais da corporação;
- Para sociedades limitadas, todos os membros que sejam proprietários de 20% ou mais da empresa; e
- Um instituidor do trust (se o Requerente for propriedade de um trust).

Para fins de divulgação (opcional) de dados demográficos:

1. **Objetivo.** Dados referentes ao status de ex-combatente/gênero/raça/etnia são coletados somente para se obter informações sobre o programa.
2. **Descrição.** Este formulário solicita informações sobre cada um dos sócios do Requerente. Adicione mais folhas se necessário.
3. **Definição de Sócio.** O termo “Sócio” significa:
 - Para um trabalhador autônomo, prestador de serviços independente ou proprietário único, o próprio trabalhador autônomo, prestador de serviços independente ou proprietário único.
 - Para uma sociedade, todos os sócios administradores e todos os sócios investidores que tenham uma participação societária de 20% ou mais do Requerente ou qualquer sócio que esteja envolvido na administração dos negócios do Requerente.
 - Para uma corporação, todos os proprietários de 20% ou mais do Requerente, assim como cada executivo e diretor.
 - Para uma sociedade limitada, todos os membros que sejam proprietários de 20% ou mais do Requerente, assim como cada executivo e diretor.
 - Um indivíduo contratado pelo Requerente para administrar as atividades diárias do Requerente (“funcionário-chave”).
 - Um instituidor do trust (se o Requerente for propriedade de um trust).
 - Para uma organização sem fins lucrativos, os executivos e diretores do Requerente.
4. **Nome do Sócio.** Preencha o nome completo do Sócio.
5. **Cargo Principal.** Identifique o cargo do Sócio; por exemplo, trabalhador autônomo; prestador de serviços independente; proprietário único; sócio administrador; proprietário; executivo; diretor; membro; ou funcionário-chave.

Paperwork Reduction Act (lei de redução de burocracia) – você não é obrigado a responder a estas perguntas se este formulário não apresentar um Número de Controle OMB válido. O tempo estimado para preencher esta solicitação, incluindo a coleta de dados necessários, é de 8 minutos. Comentários sobre esse tempo estimado ou sobre as informações solicitadas devem ser enviados para: Small Business Administration, Director, Records Management Division, 409 3rd St., SW, Washington DC 20416., e/ou SBA Desk Officer, Office of Management and Budget, New Executive Office Building, Washington DC 20503. **FAVOR NÃO ENVIAR FORMULÁRIOS PARA ESSES ENDEREÇOS.**



Programa de Proteção a Folhas de Pagamento
Formulário de requisição do mutuário do Segundo Empréstimo do PPP
Revisado em 18 de março de 2021

Privacy Act (Lei de Privacidade, prevista no Artigo 5º, 552a do Código dos Estados Unidos (USC)) – Conforme previsto no Privacy Act (Lei da Privacidade), você não é obrigado a informar o SSN (número de seguro social). O não fornecimento do número de seguro social não pode afetar nenhum dos seus direitos, benefícios ou privilégios. — consulte o aviso sobre cobrança de dívidas, abaixo, referente ao número de identificação fiscal. A divulgação do nome e de outros identificadores pessoais é obrigatória para que a SBA tenha informações suficientes para determinar a índole do Requerente. Com relação à avaliação da índole, a SBA leva em consideração a integridade, sinceridade e disposição da pessoa para cometer atos criminosos. Além disso, a SBA está especificamente autorizada a levantar seus antecedentes criminais ou, na falta dele, de acordo com a Seção 7(a)(1)(B) do Artigo 15º do USC e com a Seção 636(a)(1)(B) da Small Business Act.

Divulgação de informações – Solicitações de informações sobre outra parte podem ser rejeitadas, salvo se a SBA tiver permissão por escrito do indivíduo para divulgar as informações ao solicitante ou se as informações estiverem sujeitas a divulgação de acordo com a Freedom of Information Act (Lei de Liberdade de Informação). A Lei de Privacidade autoriza a SBA a fazer certos “usos rotineiros” das informações protegidas por essa lei. Um desses usos rotineiros é a divulgação de informações mantidas no sistema de registros da SBA quando essas informações indicam uma violação ou possível violação da lei, seja de natureza civil, criminal ou administrativa. Especificamente, a SBA pode encaminhar as informações para a agência federal, estadual, local ou estrangeira responsável por ou envolvida em investigação, ação penal, execução da lei ou prevenção de tais violações. Outro uso rotineiro é a divulgação a outras agências federais que fazem a verificação de antecedentes criminais, mas apenas na medida em que as informações sejam relevantes para a função das agências solicitantes. Consulte o Volume 74, p. 14890 do FR (2009), conforme emendado de tempos em tempos para informações adicionais e outros usos rotineiros. Além disso, a Lei CARES exige que a SBA registre todos os empréstimos concedidos sob o Programa de Proteção a Folhas de Pagamento, usando o número de identificação fiscal (TIN) atribuído ao mutuário.

Debt Collection Act of 1982, Deficit Reduction Act of 1984 (Lei de Cobrança de Dívidas e Lei de Redução de Déficit, respectivamente, estabelecidas no Artigo 31º, §§ 3701 et seq. do Código dos Estados Unidos (USC)) – Ao solicitar um empréstimo, você terá que informar seu número de identificação fiscal à SBA. Se você receber um empréstimo e não efetuar os pagamentos em dia, a SBA poderá: (1) informar o status do(s) seu(s) empréstimo(s) às agências de crédito, (2) contratar uma agência de cobrança para cobrar a dívida referente ao seu empréstimo, (3) bloquear parte da sua restituição de imposto de renda ou outros valores devidos a você pelo Governo Federal para pagamento da dívida, (4) suspender ou impedir que você ou sua empresa façam negócios com o Governo Federal, (5) encaminhar seu empréstimo ao Departamento de Justiça ou (6) cancelar a garantia ou tomar outra ação disposta nos instrumentos de empréstimo.

Right to Financial Privacy Act of 1978 (Lei do Direito à Privacidade Financeira, estabelecida no Artigo 12º, 3401 do Código dos Estados Unidos (USC)) – Essa Lei concede à SBA direitos de acesso a registros financeiros mantidos por instituições financeiras que estão ou estiveram fazendo negócios com você ou sua empresa, incluindo instituições financeiras participantes de um empréstimo ou uma garantia de empréstimo. Nos termos dessa lei, a SBA só é obrigada a fornecer um certificado de conformidade a uma instituição financeira em relação ao primeiro pedido de acesso aos seus registros financeiros. Os direitos de acesso da SBA permanecem válidos pela duração de qualquer contrato de garantia de empréstimo aprovado. A SBA também está autorizada a transferir para outra autoridade governamental qualquer registro financeiro referente a um empréstimo ou garantia de empréstimo aprovado, conforme necessário para processar, atender ou encerrar uma garantia de empréstimo ou cobrar uma garantia de empréstimo inadimplente.

Freedom of Information Act (Lei de Liberdade à Informação, estabelecida no Artigo 5º, § 552 do Código dos Estados Unidos (USC)) – Nos termos dessa lei, sujeita a certas exceções, a SBA deve fornecer informações refletidas nos arquivos e registros da agência para um solicitante. As informações sobre empréstimos aprovados geralmente divulgadas incluem, entre outras coisas, estatísticas sobre nossos programas de empréstimo (mutuários individuais não são identificados nas estatísticas) e outras informações, como os nomes dos mutuários, o valor do empréstimo e o tipo do empréstimo. Os dados protegidos de um mutuário não são disponibilizados rotineiramente para terceiros. Todas as solicitações no âmbito desta Lei devem ser encaminhadas à agência mais próxima da SBA e identificadas como uma solicitação de Liberdade de Informação.

Occupational Safety and Health Act (Lei de Segurança e Saúde Ocupacional, estabelecida no Artigo 15º, §§ 651 et seq. do USC) – A Lei de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA, na sigla em inglês) pode exigir que as empresas modifiquem instalações e procedimentos para proteger os funcionários. As empresas que não cumprirem podem ser multadas e obrigadas a reduzir os riscos em seus locais de trabalho. Elas também podem ser obrigadas a cessar as operações, representando um perigo iminente de morte ou lesões graves, até que os funcionários possam ser protegidos. Ao assinar este formulário, o Requerente certifica que o candidato, tanto quanto é do seu conhecimento, está em conformidade com os requisitos aplicáveis da OSHA e permanecerá em conformidade com tais requisitos ao longo de toda a duração do empréstimo.

Direitos Civis (Artigo 13º, §§ 112, 113 e 117 do Código de Regulamentos Federais (CFR)) – Todas as empresas que recebem assistência financeira da SBA devem concordar em não discriminar em nenhuma prática comercial, incluindo práticas e serviços de emprego ao público com base nas categorias citadas no Artigo 13º, §§ 112, 113 do CFR e 117 dos Regulamentos da SBA. Todos os mutuários devem exibir o “Cartaz sobre igualdade de oportunidades de emprego” prescrito pela SBA.

Equal Credit Opportunity Act (Lei de Igualdade de Oportunidades de Crédito), estabelecida no Artigo 15º, 1691 do Código dos Estados Unidos (USC)) – Os credores são proibidos de discriminar requerentes de crédito com base em raça, cor, religião, origem nacional, sexo, estado civil ou idade (desde que o requerente tenha capacidade para celebrar um contrato vinculativo); porque toda ou parte da receita do requerente seja decorrente de algum programa de assistência pública; ou porque o requerente exerceu de boa-fé qualquer direito nos termos da Consumer Credit Protection Act (Lei de Proteção ao Crédito ao Consumidor).

Ordem Executiva de Exclusão e Suspensão 12549 (2 CFR Parte 180 e Parte 2700 do Código de Regulamentos Federais (CFR)) – Ao enviar este pedido de empréstimo, você certifica que nem o Requerente, nem qualquer proprietário do Requerente, nos últimos três anos, foi: (a) impedido, suspenso, declarado inelegível ou voluntariamente excluído de participar em uma transação por qualquer agência do governo federal; (b) indicado formalmente para impedimento, com uma determinação final ainda pendente; (c) indiciado, condenado ou teve uma sentença civil proferida contra você por qualquer um dos delitos listados nos regulamentos ou (d) entrou em inadimplência em relação a quaisquer quantias devidas ao Governo dos Estados Unidos ou seus respectivos órgãos na data de execução desta certificação.